

# “PS assegurou integração na Administração Pública, mas PSD exclui trabalhadores dos hospitais”, denuncia Ana Luísa Luís

“As declarações do PSD sobre a integração de funcionários públicos, por via do Orçamento da Região de 2021, são falsas”, denuncia Ana Luísa Luís, esclarecendo que no passado “foram integrados todos os 402 trabalhadores que estavam há dois anos em contrato a prazo ou prestação de serviços e há três anos em programas ocupacionais”. Este ano, o Governo vai dar continuidade a esse processo, mas exclui os trabalhadores dos hospitais.

Ana Luísa Luís garante que “a estabilidade dos funcionários da Administração Pública regional é, e sempre foi, uma marca estruturante da ação dos Governos do Partido Socialista” que, já nos orçamentos de 2017 e 2020 assegurou a regularização desses processos, incluindo de “quem trabalhava em empresas públicas regionais”. É por isso lamentável, acrescentou, que “à falta de ideias, projectos e medidas próprias, o PSD tente reescrever a realidade, procurando apresentar como novas políticas ou inovação, a mera repetição e cópia de medidas já existentes e implementadas”.

Ana Luísa Luís reitera que são “totalmente falsas as declarações do PSD quando afirma que agora é que está a ser resolvido o problema” e que esta “era uma situação que perdurava há ‘muitos e demasiados anos’”, uma vez que não é verdade que existam “trabalhadores há muitos anos por integrar”.

A deputada do PS/Açores condena o PSD tente “deliberadamente omitir” o que realmente vai acontecer, porque “este ano excluíram intencio-

nalmente do processo de integração os trabalhadores que estavam em programas ocupacionais há mais de três anos em empresas públicas, nomeadamente nos hospitais da Região. Ao contrário do ano anterior, os trabalhadores dos hospitais que estavam em programas ocupacionais, foram, incompreensivelmente, excluídos do processo de integração e regularização, o que cria uma profunda injustiça e não contribui, ao contrário do que foi feito nos anos anteriores, para a estabilidade dos quadros de pessoal dos hospitais, nem valoriza os trabalhadores que, através dos programas ocupacionais, contribuíram para a prestação dos serviços de saúde no último ano”, explica Ana Luísa Luís.

Recorda que, para além da integração de todos os 402 trabalhadores, no último ano, o anterior Governo do Partido Socialista, “com o objectivo de concluir o plano de estabilização da Administração Pública, autorizou a abertura de mais 621 vagas, através de concursos externos para o quadro, dos lugares correspondentes a necessidades permanentes e que não estavam a ser ocupados por trabalhadores com mais de dois anos de contrato ou prestação de serviço ou em programas ocupacionais há mais de três anos”. A deputada espera que o executivo esclareça o ponto de situação desses concursos: “Quantos concursos foram efectivamente abertos até final do ano passado? Quantos concursos foram já concluídos?”.

Para Ana Luísa Luís, é preciso confirmar se “as necessidades que agora são anunciadas não correspondem, afinal, à



abertura de vagas autorizadas no ano passado e cujos concursos ainda não foram concluídos ou que não tenham sido utilizadas pelo novo Governo”. Na verdade, esclarece, “se estes processos de concurso tivessem sido concluídos, muitos trabalhadores não necessitariam de novo processo de regularização”.

A deputada reiterou que “ao contrário do que tem sido afirmado pelo PSD, no ano passado já foram integrados todos os trabalhadores da Administração Pública, não havendo trabalhadores precários nessas condições no ano pas-

sado. O processo de integração anunciado por este Governo é uma cópia do ano anterior, mas é uma cópia mal feita porque exclui, os trabalhadores em programas ocupacionais do sector público empresarial, nomeadamente dos hospitais. As necessidades permanentes da Administração Regional também estavam a ser resolvidas, pelo Governo do Partido Socialista, com a abertura de 621 concursos para o quadro, pelo que se estes concursos tivessem sido concluídos não seria necessário um novo processo de integração.”

## PCP considera inconcebível impasse na obra de ampliação da pista do Aeroporto da Horta

Os deputados do PCP à Assembleia da República, Alma Rivera e Bruno Dias, dirigiram ao Ministro das Infraestruturas e Habitação várias perguntas relacionadas com a segurança e operacionalidade da pista do Aeroporto da Horta: “Quais foram as acções que já foram devidamente realizadas para concretizar a ampliação da pista do Aeroporto da Horta? Qual a calendarização de acções que vão ser efectuadas pelo grupo de trabalho? E após o grupo de trabalho, o que está previsto? Qual é a entidade que tem a obrigação legal de realizar esta ampliação?”.

De acordo com nota enviada, “a ampliação da pista do aeroporto da Horta, na ilha do Faial, Açores, é uma obra há muito necessária, mas que tem vindo a ser sistematicamente adiada. A privatização da ANA, empresa responsável pela gestão aeroportuária, não salvaguardou a obrigação de o concessionário privado realizar esta obra, no



âmbito das suas obrigações de serviço público. Persiste a necessidade de a pista do Aeroporto da Horta receber as melhorias necessárias para garantir a sua segurança e a ampliação da sua

operacionalidade, sendo esta uma obra fundamental para o desenvolvimento da ilha”.

Os representantes da ANA/VINCI deslocaram-se aos Açores para as-

sumirem o compromisso de manter a operacionalidade do aeroporto da Horta, e de realizar as RESA, conforme a regulamentação aeronáutica, antes de 2024. No entanto continua em falta o essencial, a ampliação da pista do aeroporto do Horta.

O Partido Comunista Português “lamenta que o Governo continue sem adoptar e impor à Vinci a única opção que verdadeiramente serve os interesses nacionais e açorianos: a ampliação da pista do Aeroporto da Horta, de forma a garantir a sua devida operacionalidade. Uma acção que estava certamente já realizada, para bem dos açorianos, se não fossem os interesses da multinacional Vinci a falar mais alto, travando assim o desenvolvimento do sector da aviação civil na nossa região. Entretanto, o desenvolvimento económico da ilha do Faial irá continuar a ser alvo de monitorização, avaliação e estudo”, como tem sido ao longo destes anos.